COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 25$00 | ANO VI | Nº 55 AGOSTO 1990

Lalerek-Mutin: história de um assassinato

O que a seguir se transcreve, na versão original, é parte de um impressivo relato recebido recentemente do interior de Timor-Leste (os acontecimentos descritos são de Março/Abril deste ano). Fala-nos da morte de um timorense, Cândido Amaral, preso, torturado e executado sumariamente. É apenas um caso entre muitos, apenas melhor documentado que o geral.

Notícias posteriores referem que as chefias militares indonésias responsáveis (tenente-coronel Yosep Soermasano, administrador do concelho de Viqueque e major Jocky, comandante da unidade de comandos nº 86, de Baucau) confrontados com os protestos da população, enviaram um relatório ao Governador pedindo desculpas pelo ocorrido e prometendo indemnizar a família em 200 000 rupias (cerca de 15 contos).

É este o preço de uma vida em Timor-Leste.

PANO DE FUNDO

«(...) [Muitos timorenses foram] desterrados para Lalerek-Mutin em 27 de Setembro de 1983, depois de um mês de fuga errante no mato sem paradeiro, devido ao conhecido sangrento golpe de Krarás [levantamento contra forças do exército ocupante] dirigido por Ratas e Hansips [milícias timorenses enquadradas no aparelho militar indonésio] para protegerem as suas esposas e raparigas solteiras dos abusos, imoralidades e violências de certos oficiais da Força Armada indonésia. A fome, doença, esconderijos do mato não lhes ofereceram apoio e subsistência. (...) Renderam-se em dois grupos: uns em Viqueque, outros em Buikarin. Muitos de ambos os grupos foram mortos. Alguns dos do Bukarin foram enterrados à superfície da areia da ribeira de We-Tuku. Os de Viqueque foram carregados com pés e mãos atados e lançados vivos em covas de meio metro abertas em Sukaer-Oan, 10km a Sudoeste da vila de Viqueque. Mais tarde, os familiares foram à busca dos restos mortais na ribeira de We-Tuku. Mas parece que o caudal das águas da montanha levou-os para o mar e, naturalmente, constituíram alimento apreciável para os peixes da costa sul. Os que se safavam do assassínio eram desterrados para Lalerek-Mutin. Nos primeiros meses, muitos lá faleceram devido à fome, doença da malária, febre amarela e clima. Actualmente, ainda existe um pequeno grupo de 1553 pessoas, 221 das quais viúvos (30 homens) e viúvas (191 mulheres). O número total da população acima referido foi tirado em 21 de Outubro de 1989.».

SEBASTIÃO DOS REIS: DO TERROR A DENÚNCIA

«Foi suspeito de ter recebido uma arma do chefe do suco [aldeia] - de facto o chefe do suco tinha uma arma de pressão de ar - ao qual Sebastião ignorava, nem recebera armas de outro género do seu chefe tradicional. Não o inquiriram mais. Puseram-

-se a torturá-lo valentemente: bofetadas, socos, pontapés com cabedais, etc. Espezinharam-o dos pés à cabeça. Tornaram a interrogá-lo sobre o mesmo assunto. A resposta foi negativa. Torturaram-no pela segunda vez. Ele caiu meio morto por terra. Extinguiram-se-lhe as forças, incharam-se-lhe o queixo esquerdo, escorria-lhe muito sangue pelas narinas, boca e rosto que lhe ensanguentava todo o corpo.

NESTE NÚMERO:

- **Lalerek-Mutin: história de um assassinato**
- **Doações, sucessões e colonizações**
- **Generais indonésios só querem visita parlamentar daqui a três ou quatro anos...**

«(...) disse que tinha entregado a arma a Cândido Amaral. Acusou ao chefe de suco, por intermédio de Cândido e outras pessoas (...) [disse que] mandou cartuxos, arroz, roupa, remédio, etc para os guerrilheiros da Fretilin no mato.

«(...) Depois de alistarem todos esse nomes, os comandos pararam a tortura. Mandaram chamar Cândido Amaral no posto de vigilância civil, pelas 23.00h do dia 28 de Março de 1990.».

CÂNDIDO AMARAL: FIEL À VERDADE ATÉ À MORTE

«Cândido Amaral tem 39 anos de idade. Natural de Bilileo, desterrado para Lalerek-Mutin em 27 de Setembro de 1983. É casado.

«(...) Baseados nas declarações de Sebastião dos Reis, os comandos queriam certificar a verdade. Mandaram Sebastião inquiri-lo, enquanto o torturavam.

«Perguntou Sebastião dos Reis: "Onde está a arma que te dei?"

«Respondeu Cândido: "Não recebi nenhuma arma de ti!"

«Continuou Sebastião: "A arma que recebi do chefe do suco!"

«Cândido tomou a palavra: "Pelo que sei, dentro de três anos do seu reinado e, agora, a caminho dos quatro anos, liurai nunca teve armas em sua casa!"

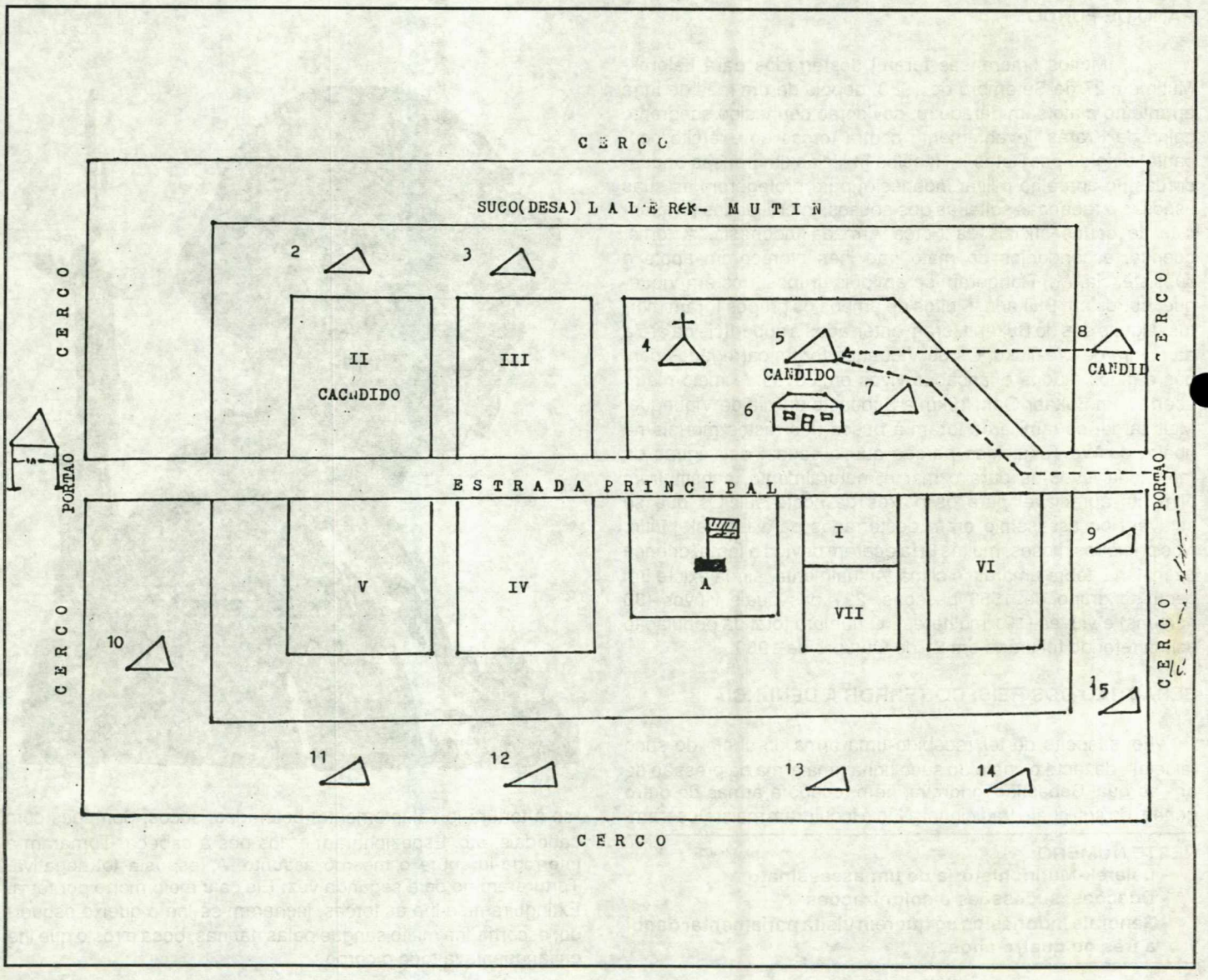
«Então, Paulo Miguel, gente mal vista pelo povo de Viqueque, começou a martirizá-lo: socos, pontapés com cabedal, bofetadas, espezinhá-lo dos pés à cabeça, queimaduras com pontas de cigarro aceso. Em seguida, juntamente com os comandos e outros companheiros TBO [jovens timorenses utilizados como carregadores pela tropa indonésia] e espiões, levantaram o homem para o ar e deitaram-no por terra. Ele perdeu as forças. Caiu meio morto. Recuperando as forças, tornaram a interrogá-lo. Sempre respondia que de maneira nenhuma acusaria o chefe do suco, ainda que o matassem. Levaram de mãos presas à casa à procura da arma. Nada encontraram! Regressaram ao posto militar. Despiram-no, gozaram dele, queimaram-lhe os órgãos sexuais com pontas de cigarro aceso. Pelas 5.00 de manhã do dia 29 de Março de 1990, arrastaram-no até Tua-Metan, um local à beira do mar, mataram-no a rajada, de tal modo que uma parte do seu corpo desapareceu.».

Legenda:

A - Posto de vigilância civil principal.
B - Postos de vigilância civil nocturna.
C - Posto de vigilância civil, onde estava Cândido em vigilância na noite do dia 28 de Março de 1990.
D - Capela do centro pastoral de Lalerek-Mutin.
E - Posto militar dos comandos.
F - Edifício da escola Pré-primária do Estado.
G - Posto militar do Batalhão 408.

Caminho seguido por Cândido Amaral, desde a detenção até à morte.

1. Em vigilância, no Posto C
2. Inquérito, no Posto dos comandos E
3. Morto a tiro no local Tua-Metam junto à figura palmeira/árvore. Este sítio está situado ao sul do suco de Lalerek-Mutin, a uns 200m da praia da costa sul. □



Doações, sucessões e colonizações

Se aos olhos das grandes potências e das poderosas instituições de crédito que regem os destinos económicos e políticos do mundo, a Indonésia (ou melhor, o regime que nela domina) continua um parceiro a acarinhar e a proteger, no seu interior desenham-se confrontos entre as élites dirigentes, ao mesmo tempo que se agudizam as tensões com a sua colonizada periferia.

AJUDA INTERNACIONAL

O Banco Mundial (BM) divulgou, no passado dia 18 de Maio, o seu relatório anual sobre a Indonésia, mostrando-se entusiasmado com o crescente papel desempenhado pelo sector privado na economia. Segundo o relatório, a pobreza tinha diminuído embora os pobres estivessem a ficar concentrados em áreas remotas, com escassos recursos e poucos empregos. Para o BM, a política de subsídios seguida pelas autoridades ajudava mais os ricos que os pobres e as verbas poderiam ser melhor gastas com educação básica, saúde e abastecimento de água.

O BM recomendou ainda que o IGGI (Inter-Governmental Group on Indonesia), de que faz parte, concedesse àquele país, para o ano fiscal de 1990/91, uma ajuda no montante global de 4,5 biliões de dólares. E de facto, na sua reunião de Junho em Haia, aquele consórcio decidiu conceder uma ajuda naquele montante, que representou, relativamente ao ano anterior, um aumento de 4,6%. O BM (de entre os doadores multi-laterais) e o Japão (de entre os bilaterais) foram os que deram maiores contributos, o primeiro com 1,55 e o segundo com 1,81 biliões de dólares.

A esperança de que a visita do ministro holandês (e presidente do IGGI) Pronk à Indonésia e os encontros que aí teve com organizações dos direitos humanos [ver **Informação Timor-Leste** nº 53] tivessem algum impacto na decisão do consórcio doador desvaneceu-se. Ainda não foi desta vez que os membros do IGGI - que integra «campeões» dos direitos humanos como os EUA, Grã-Bretanha, RFA e Austrália - foram sensíveis às **«outras vozes da Indonésia»** e ao seu apelo para a **«democratização do desenvolvimento»**.

TENSÕES INTERNAS

Ainda Suharto não completou metade do seu quinto mandato presidencial e já vozes se levantam e tomam partido sobre quem deve ser o próximo presidente da República, a «eleger» em 1993.

Já em meados do ano passado se tinha levantado acesa polémica quando um ex-general apareceu a defender publicamente um processo aberto de sucessão, onde houvesse mais que um candidato com cada um desenvolvendo a sua própria campanha eleitoral. Em Março deste ano, Suharto saiu a terreiro declarando que os candidatos presidenciais não deveriam ter programa próprio, pois não eram mais que os implementadores dos programas definidos pela assembleia eleitoral (MPR) que os escolhia e formulava as Linhas de Orientação Geral da Política de Estado.

Este discurso, porém, e contrariamente ao que até aí era habitual, em vez de acalmar os ânimos veio apenas exacerbá-los. O **Instituto de Defesa dos Direitos Humanos** (dirigido por Princen) e o grupo **Petição dos 50** acusaram-no de ser anti-democrático e o próprio **Kompas**, o diário de maior tiragem no país ligado à minoria católica, em editorial, argumentou que haveria toda a vantagem para a população em ao menos compreender o carácter dos candidatos e a sua visão do mundo.

Em fins de Abril era tornado público um documento assinado por 21 personalidades islâmicas, encabeçadas por um antigo ministro da Religião e ajudante próximo de Suharto, manifestando o seu apoio a uma recondução deste na presidência.

E enquanto a comunidade islâmica discutia até que ponto aquelas 21 personalidades são representativas, ou não, do conjunto da comunidade, num encontro para comemorar a passagem do 10º aniversário do grupo Petição dos 50, o antigo governador de Jacarta Ali Sadikin expressou a sua oposição a um sexto mandato de Suharto, renovando os pedidos do grupo para a existência de liberdade de imprensa e reformas políticas que incluam um sistema eleitoral mais democrático.

CONFLITOS COLONIAIS

Enquanto as élites indonésias discutem a sucessão, na periferia do império os conflitos de tipo colonial têm-se multiplicado nos últimos tempos.

Segundo a **Far Eastern Economic Review** de 28 de Junho, uma vaga de violência - **«a mais grave na província em 15 anos»** - tem varrido desde Fevereiro a região de Aceh. Os incidentes, nos quais o exército já perdeu homens e armas (mais de 200 espingardas automáticas e metralhadoras ligeiras), devem-se a acções de um grupo armado, **«indefinido, mas claramente organizado»**, cujas raízes mergulhariam nos sentimentos fortemente nacionalistas da população local.

O Aceh, um Estado independente durante mais de 500 anos, só foi controlado pelos holandeses em 1903 após uma longa e difícil guerra. Em 1942, tirando partido da ocupação japonesa, voltou a declarar a independência da qual só viria a abdicar para integrar a República da Indonésia depois das novas autoridades instaladas em Jacarta terem acordado conceder-lhe o estatuto de «território especial», estatuto este de que, na opinião do actual vice-presidente do parlamento provincial, «ficou muito pouco que possa ser chamado de "especial"» (um bom exemplo para os que «sonham» com o mesmo tipo de solução para Timor-Leste).

De acordo com a FEER, **«no Aceh, muitos vêem a violência como um produto inevitável de pressões sócio-económicas que têm vindo a ser construídas desde há tempos. Todos concordam que se a escalada de violência continuar o governo pode ter que enfrentar uma longa e irresolúvel insurreição.»**.

Também na Papua Ocidental, e segundo a FEER de 5 de Julho, tropas indonésias teriam atravessado a fronteira com a Papua Nova Guiné em perseguição de guerrilheiros da OPM (Movimento de Libertação da Papua). Fontes em Port Moresby, capital da PNG, afirmaram que cerca de 200 refugiados tinham, também eles, atravessado a fronteira fugindo de confrontos entre a guerrilha e o exército indonésio. Por sua vez fontes em Jacarta disseram que corriam rumores que uma operação de grande envergadura, envolvendo tropas pára-quedistas, teria sido lançada em Junho contra a OPM a cerca de 130 Km a sul de Jayapura, sede da administração indonésia na Papua Ocidental. De acordo com um relato citado pela FEER, a OPM teria raptado dois soldados indonésios, provocando uma resposta pertinaz do lado indonésio. □

Generais indonésios só querem visita parlamentar daqui a três ou quatro anos...

Enquanto os diplomatas portugueses se estafam a correr de Lisboa para Nova Iorque - e vice-versa - para negociarem a deslocação de uma delegação parlamentar a Timor-Leste, os generais indonésios já fizeram saber, pela voz do embaixador australiano acreditado em Jacarta, que só estão interessados em ver aparecer os lusodeputados por aquelas bandas daqui a três ou quatro anos.

Entretanto, a juventude timorense vai tecendo as malhas da luta contra a presença colonial indonésia na sua pátria.

EMBAIXADOR AUSTRALIANO EM TIMOR

De 3 a 5 de Julho passado, o embaixador australiano em Jacarta, Philip Flood, deslocou-se a Timor-Leste, tendo visitado Dili e Fatumaca. O embaixador teve encontros com o "gobernur" Carrascalão, o Bispo Belo, membros do clero, pessoal da Cruz Vermelha Internacional e oficiais do exército indonésio.

Dias depois do seu regresso a Jacarta, o embaixador deu uma entrevista à AAP, a agência noticiosa australiana. Segundo ele, quer o Bispo Belo e o clero, quer a CVI, confirmaram que desde Janeiro tinha havido uma redução nas violações dos direitos humanos, incluindo uma redução no número de mortes de não-combatentes. Isto coincidiu com a mudança na estrutura do comando militar, parecendo o novo comandante ter uma aproximação aos problemas mais razoável e a confiança do Bispo e de Mário Carrascalão. Ambos lhe disseram, assim como a Cruz Vermelha, não haver quaisquer provas relativas a relatos de um massacre na área de Ainaro. De acordo com o embaixador, eles foram inflexíveis neste ponto pelo que ele concluiu que tais relatos não tinham qualquer fundamento.

De igual modo o comandante militar ter-lhe-ía negado que tivesse havido um aumento da presença militar indonésia no território, como tinha sido noticiado pela imprensa australiana. Pelo contrário, houvera sim um ligeiro decréscimo dessa presença, no que foi corroborado por Carrascalão.

Philip Flood afirmou ter transmitido para Camberra informações sobre os acontecimentos de Lalerek-Mutin, confirmando o assassinato de Cândido Amaral assim como o castigo dos responsáveis daquele acto e a indemnização da família da vítima. O embaixador, porém, não conhecia a natureza do castigo aplicado.

O que o sr.º Flood também transmitiu para Camberra e não disse na entrevista à AAP - o que não impediu que se viesse a saber - foi a opinião manifestada pelos generais de Jacarta quanto à eventual visita de uma missão parlamentar portuguesa a Timor-Leste. No relatório por ele enviado para o governo da Austrália e de que a imprensa fez eco, os militares pretenderiam que nos próximos três a quatro anos os deputados de S.Bento não pusessem os pés no território, o que vem confirmar o receio por eles sentido de que a população timorense, e muito particularmente a sua juventude, aproveite a ocasião para dizer ao mundo aquilo que o mundo já tinha obrigação de saber à muito.

A CAMPANHA DO "KAPAN PULANG"

Segundo relata o **Tapol**, boletim de **The Indonesian Human Rights Campaign** publicado em Londres, no número de Agosto, jovens timorenses lançaram nos últimos meses uma campanha em Dili destinada a "quebrar o moral" dos invasores indonésios, sejam eles civis ou militares, que rapidamente se espalhou.

A campanha, um "ovo de Colombo" da intervenção política anti-colonial, consiste em grupos de jovens vaguearem pelos

locais mais frequentados por indonésios - em volta do aeroporto, perto dos quartéis, das repartições públicas ou do porto - e, inocentemente, perguntarem: **«Kapan pulang, Pak?»** («Quando é que regressa a casa, senhor?»). Se o indonésio está em Timor de passagem ou há pouco tempo, o mais provável é que considere a pergunta como sendo de cortesia, mas se se trata de um transmigrante ou funcionário da administração há muito sediado no território, percebe a hostilidade subjacente à pergunta e o mais natural é que responda com agressividade: **«Kurang ajar!»** («Fedelho insolente!») se for civil, à chapada se for militar.

O OUTRO LADO DA CAMPANHA

Mas se na sua pátria a juventude de Timor age desta maneira para com os colonos, na terra destes a sua actuação é outra.

A preocupação de fazer a ponte para o povo indonésio passando por cima do regime que oprime ambos os povos, tem vindo a ganhar corpo entre a população estudantil timorense. É assim que em Abril deste ano saiu o primeiro número da publicação **Suara Maubere di bawah senjata musuh** (Voz Maubere sob as armas do inimigo), escrito em língua indonésia.

Os estudantes timorenses sentem que a disponibilidade do lado indonésio - mais exactamente, de certos sectores sociais - para encarar o problema de Timor-Leste de um outro modo que não o oficial, tem crescido. O impacto da visita papal, um mais fácil acesso ao território tornado possível pela abertura parcial do mesmo, a abertura ao debate político na própria sociedade indonésia, facilitaram e contribuíram para o aparecimento daquela disponibilidade.

A questão está agora em forjar os instrumentos, políticos e organizativos, que consubstanciem os interesses comuns dos povos timorense e indonésio na sua longa caminhada para a emancipação. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-3ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 400$00
Registo DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317